

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.296 - SP (2019/0017242-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : J H L
ADVOGADOS : ALDENOR DE SOUZA E SILVA - DF020238
ALDENICE DE SOUZA E SILVA NUNES E OUTRO(S) -
DF026890
AGRAVADO : N N DA S
AGRAVADO : H DA S L
ADVOGADO : JEAN CARLO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP292413

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, Súmula 7/STJ e ausência/deficiência de cotejo analítico.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, Súmula 7/STJ e ausência/deficiência de cotejo analítico.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

